

**UMA INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA “SOBRE O CUIDADO DA CASA
COMUM”: RETORNO ÀS ORIGENS DO CRISTIANISMO SOCIAL**

***UNA INTERPRETACIÓN GEOGRÁFICA “SOBRE EL CUIDADO DE LA CASA
COMÚN”: UN REGRESO A LOS ORÍGENES DEL CRISTIANISMO SOCIAL***

***A GEOGRAPHICAL INTERPRETATION “ON THE CARE OF THE COMMON
HOME”: A RETURN TO THE ORIGINS OF SOCIAL CHRISTIANITY***



Cláudio Jorge Moura de CASTILHO¹
e-mail: claudio.castilho@ufpe.br



Hugo Arruda de MORAIS²
e-mail: hugo.morais@ufrn.br

Como referenciar este artigo:

CASTILHO, C. J. M.; MORAIS, H. A. Uma interpretação geográfica “Sobre o cuidado da casa comum”: retorno às origens do cristianismo social. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 09, n. 00, e025018. e-ISSN: 1984-1647, 2025. DOI: 10.35416/2025.11015



| Submetido em: 21/05/2025
| Revisões requeridas em: 26/10/2025
| Aprovado em: 11/11/2025
| Publicado em: 28/12/2025

Editores: Prof. Dr. Nécio Turra Neto
Profª. Me. Karina Malachias Domingos dos Santos

¹ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife – Pernambuco (PE) – Brasil. Professor titular do Departamento de Ciências Geográficas.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal – Rio Grande do Norte (RN) – Brasil. Professor adjunto do Departamento de Geografia.

RESUMO: Partindo da ideia da relevância do conteúdo e do sentido da Carta Encíclica/Sobre o Cuidado da Casa Comum *Laudato si* para a reflexão sobre raízes basilares da intensificação e aceleração da destruição do Planeta, estabeleceu-se como objetivo geral deste artigo interpretar o texto deste documento, com a finalidade de traduzi-lo no sentido do fortalecimento teórico-empírico da crítica para a mobilização social por um mundo melhor. Optou-se, assim, pela hermenêutica como caminho metodológico pertinente para a interpretação do referido documento, perscrutando os seus sentidos explícitos e implícitos. Chegou-se à conclusão geral de que, resultando de um processo de reforma de uma instituição milenar que ainda pode contribuir para o aprimoramento dos seres humanos e das suas formas de uso, ocupação e pensamento do território, a Carta Encíclica abordada tornou-se uma referência para reforçar as diversas formas de resistência e mobilização no sentido da transformação efetiva do Mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Destruição da Natureza. Cativo humano. Racionalidade técnico-instrumental do capitalismo. Uso do território.

RESUMEN: *Partiendo de la idea de la relevancia del contenido y del significado de la Carta Encíclica/Sobre el Cuidado de la Casa Común Laudato si para la reflexión sobre las raíces básicas de la intensificación y aceleración de la destrucción del Planeta, fue establecido como objetivo general de este artículo interpretar el texto de este documento, con el propósito de traducirlo en el sentido de fortalecer la crítica teórico-empírica para la movilización social por un mundo mejor. Por tanto, se eligió la hermenéutica como camino metodológico pertinente para interpretar el mencionado documento, examinando sus significados explícitos e implícitos. Se llegó a la conclusión general de que, fruto de un proceso de reforma de una institución antigua que todavía puede contribuir a la mejora del ser humano y de sus modos de usar, ocupar y pensar el territorio, la Carta Encíclica en cuestión se convirtió en una referencia para reforzar las diversas formas de resistencia y movilización hacia la transformación efectiva del Mundo.*

PALABRAS CLAVE: *Destrucción de la Naturaleza. Cautiverio humano. Racionalidad técnico-instrumental del capitalismo. Uso del territorio.*

ABSTRACT: *Regarding the relevance of the content and meaning of the Encyclical Letter/On Care for the Common Home Laudato si for the reflection on the basic roots of the planet's destruction intensification and acceleration, the general objective of this article is to interpret the text of this document, with the purpose of translating it in the sense of strengthening theoretical-empirical criticism for social mobilization for a better world. Thus, hermeneutics was chosen as the pertinent methodological path for the interpretation of the aforementioned document, scrutinizing its explicit and implicit meanings. The general conclusion is that, as a result from the process of reform of an ancient institution that can still contribute to the improvement of human beings and their ways of using, occupying and thinking about the territory, the Encyclical in question became a reference for reinforcing the various forms of resistance and mobilization towards the effective transformation of the world.*

KEYWORDS: *Destruction of Nature. Human captivity. Technical-instrumental rationality of capitalism. Use of the territory.*

Introdução

A ideia principal que nos motivou a escrever o presente ensaio residiu, sobretudo, na relevância do conteúdo e do sentido da Carta Encíclica Sobre o Cuidado da Casa Comum *Laudato si* para a reflexão sobre raízes basilares da intensificação e aceleração da destruição do Planeta Terra — incluindo a Natureza e os diversos povos inerentes à globalização como fase atual do processo de expansão da racionalidade técnico-instrumental do sistema capitalista.

No âmbito desta ideia, formulou-se como objetivo principal interpretar o referido texto à luz da dimensão territorial da sociedade, com a finalidade de traduzi-lo, com o escopo de destacar as principais questões levantadas para ressaltar sua relevância no fortalecimento teórico-empírico das diversas formas de crítica e da mobilização por um mundo melhor no atual contexto de desrespeito à Natureza e desumanização do Outro.

Acredita-se que este escrito é relevante, na medida em que poderá contribuir para continuar recolocando questões essenciais do Mundo, com o intuito de repeti-las — sempre que necessário —, pelo menos enquanto os(as) representantes dos interesses hegemônicos do sistema capitalista permanecerem indiferentes ao perigo em que o Planeta encontra-se, afastando-nos do Mundo que desejamos.

Deve-se, assim, ressaltar e valorizar quaisquer propostas críticas de reflexão sobre o mundo existente, mesmo que estas sejam provenientes de instituições religiosas como a Igreja Católica. Isso, sobretudo, porque, fazendo-se presentes nos diversos territórios do Mundo, continuam influenciando no seu processo permanente de construção e reconstrução.

Nessa perspectiva — e por meio da hermenêutica —, os autores do presente escrito operacionalizaram a sua ideia, a fim de atingirem ao objetivo acima delimitado. Isso porque como método — do mesmo modo que a geografia humanística (Lévy; Lussault, 2013, p. 494) o utilizou para abordar a paisagem —, a filosofia da interpretação nos auxiliou a realizar a leitura do texto fundamental para a presente reflexão, com a finalidade de compreender o seu real sentido para o Mundo.

A hermenêutica se especializa em perscrutar o sentido oculto dos textos, na certeza de que no contexto há por vezes mais do que no texto. Esgueira-se nas entrelinhas, porque nas linhas está, por vezes, precisamente o que não se queria dizer. Assim, um discurso não se entende apenas na sua forma, no seu formato, na sua gramática, mas no conteúdo que quer dizer (Demo, 1995, p. 247-248).

A interpretação do documento em epígrafe — considerando o dito e o não dito — foi realizada no âmbito do processo de formação histórico-territorial no Brasil, o qual sempre

esteve marcado pela destruição da Natureza, bem como pela exploração, subalternização e opressão das populações pertencentes aos povos originários e à classe trabalhadora.

Por essa razão, a hermenêutica para Abbagnano (2014, p. 666), trata-se de um procedimento metodológico de interpretação, ao mesmo tempo do sentido oculto e do saber histórico. Acrescenta-se, ainda, que, neste procedimento metodológico, se deve levar em conta, ao mesmo tempo, a dimensão territorial da vida e existência humana na Terra. Além disso, na medida em que também constitui uma crítica interna que aprecia o sentido e o valor do conteúdo, Lakatos e Marconi (1992) colocam que a hermenêutica

Averigua o sentido exato que o autor quis exprimir. Facilita esse tipo de crítica o conhecimento do vocabulário e da linguagem do autor, das circunstâncias históricas, ambientais e de pensamento que influenciaram a obra, da formação, mentalidade, caráter, preconceitos e educação do autor. “Compreender um texto equivale a haver entendido o que o autor quis dizer, os problemas que postulou e as soluções que propôs para os mesmos” (Lakatos; Marconi, 1992, p. 49).

Acrescenta-se que, como nos lembrou Mello (1990), deve-se considerar um quadro de referências para se entender qualquer coisa, na medida em que sujeito e objeto sempre estão intrinsecamente relacionados entre si, razão por que a hermenêutica e filosofia da interpretação “[...] explica os conteúdos da mente, tais como emoções, desejos, vontades, sentimentos e outros aspectos da experiência vivida” (Mello, 1990, p. 101).

O material que constitui o objeto central da referida interpretação foi a Carta Encíclica Sobre o Cuidado da Casa Comum *Laudato si*, promulgada aos 24 de maio de 2015, no terceiro ano do Pontificado do Papa Francisco (1935-2025), completando, portanto, dez anos.

Isso porque trata-se de um texto que, efetivamente, representa o conjunto dos sentimentos desenvolvidos no curso de uma experiência de vida e existência de um Pontífice que, proveniente do Sul Global e insatisfeito com o sofrimento dos povos desta porção da Terra, buscou refletir sobre o contexto histórico-ambiental do Planeta, com a finalidade de transformá-lo. Em outras palavras, segundo este documento, é urgente o desafio de proteção da Casa Comum, incluindo

[...] a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar [...] Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental, que vivemos, e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós. [...] Espero que esta carta encíclica [...] nos ajude a reconhecer a grandeza, a urgência e a beleza do desafio que temos pela frente (Vaticano, 2015, p. 12).

Estruturou-se este escrito de modo a apontar, primeiramente, algumas das tentativas reconhecidas para renovar a Igreja Católica, voltando-se, evidentemente, para um cristianismo social. Depois, colocou-se elementos centrais da Encíclica Papal *Laudato Si*, apontando as ideias centrais para a efetivação de uma ecologia integral. Em seguida, foi apresentado um conjunto de representações cartográficas que demonstram o atual processo de ocupação humana do espaço geográfico brasileiro, de acordo com as vicissitudes do tempo e as suas especificidades socioespaciais, evidenciando o estado de desumanização de populações subalternizadas e da destruição da Natureza. Por último, levantou-se algumas considerações finais.

Tentativas da necessária renovação institucional

Partindo do pressuposto geral de que qualquer instituição social é produto de uma sociedade e que, por conseguinte, toda sociedade é construída no âmbito das mudanças históricas e territoriais, as instituições devem acompanhar os necessários progressos do processo civilizacional. Caso contrário, ela será preterida pela sociedade, correndo o risco de perder sua credibilidade.

Todavia, sobretudo quando se trata de uma instituição secular com cerca de mais de dois mil de anos de existência — a exemplo do que ocorre com a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) —, e por ser obra de seres humanos, com todas as suas virtudes e defeitos, ela também torna-se um espaço problemático sujeita, por exemplo, às mesmas posturas clientelistas, conflituosas e egoístas utilizadas para a manutenção da hierarquia do Poder.

A ICAR, ao longo de sua constituição histórico-territorial, afastou-se, inclusive, do seu principal objetivo, tornando-se uma Igreja fruto, quase que única e exclusivamente, das “obras da carne”, ou seja, de interesses da carne humana, e, portanto, longe das “obras do Espírito”, conforme já alertava o Apóstolo Paulo na Carta aos Gálatas.

Ora, eu vos digo, conduzi-vos pelo Espírito e não satisfareis os desejos da carne. Pois a carne tem aspirações contrárias ao Espírito e o Espírito contrárias a carne. Eles se opõem reciprocamente, de sorte que não fazeis o que quereis. Mas se vos deixais guiar pelo Espírito, não estais debaixo da Lei (Bíblia Sagrada, Gl, 5: 16-18).

Justamente pelo que se acabou de colocar, as mudanças de uma instituição como a ICAR não é tarefa fácil, tanto que, ao nosso ver, durante toda a sua existência no Mundo, destacaram-

se três momentos em que se tentou mudá-la, de modo mais enfático: o primeiro aconteceu durante o pontificado de Leão XIII, 20 de fevereiro de 1878 até 20 de julho de 1903; o segundo durante o pontificado de João XXIII, que teve a breve duração de 28 de outubro de 1958 e 3 de junho de 1963; e o terceiro, durante os doze anos de pontificado do Papa Francisco, entre 13 de março de 2013 e 21 de abril de 2025.

No que diz respeito à primeira tentativa, ela teve como suporte teórico a Encíclica *Rerum Novarum*, promulgada em 1891, apresentando as bases da Doutrina Social da Igreja Católica, mediante a qual, questionando os impactos do liberalismo, associado às consequências do capitalismo monopolista sobre a classe trabalhadora, chamou a atenção para a necessidade de cuidar das condições de trabalho dos operários,

Em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma protecção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. [...] A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários (Vaticano, 1891, p. 2).

No âmbito dessa preocupação, deu-se atenção às relações entre os patrões e os trabalhadores, a fim de defender direitos referentes à promoção da justiça no campo das relações de trabalho. Destarte, combateu-se a jornada ilimitada precária do trabalho, os salários inadequados à existência das famílias, a exploração do trabalho das mulheres e das crianças e o trabalho escravo.

Quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do Cristo. O trabalho do corpo, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objecto de vergonha, honra o homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida. O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como de vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços. [...] Aos patrões compete velar para que a isto seja dada plena satisfação, para que o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha enfraquecer o espírito de família nem os hábitos de economia. Proíbe também aos patrões que imponham aos seus subordinados um trabalho superior às suas forças ou em desarmonia com a sua idade ou o seu sexo. Mas, entre os deveres principais do patrão, é necessário colocar, em primeiro lugar, o de dar a cada um o salário

que convém. Certamente, para fixar a justa medida do salário, há numerosos pontos de vista a considerar (Vaticano, 1891, p. 2).

A despeito dessa tentativa, não ter aprofundado a discussão sobre a problemática das reais raízes das condições de trabalho dos(as) operário(as), a *Rerum Novarum* reforçou as lutas da classe trabalhadora, as quais já estavam acontecendo desde o aprofundamento da chamada Revolução Industrial e a consequente mobilização dos(as) trabalhadores(as). Ao mesmo tempo, essa encíclica influenciou na organização dos serviços sociais em diversas nações do mundo, sobretudo daqueles atinentes à promoção da habitação digna à classe trabalhadora.

Contudo, faz-se mister ressaltar que, em certa medida, não deve ter sido apenas pela empatia para com as condições precárias de trabalho e vida da classe operária que a ICAR elaborou e promulgou essa encíclica, notadamente pelo fato de que o Papa Leão XIII defendia a propriedade privada e não era muito simpático para com as ideias do movimento socialista de então. De acordo com Hobsbawm (1988, p. 134),

[...] embora o potencial político dos partidos cristãos fosse enorme, como o demonstraria a história europeia a partir de 1945, e à medida que, evidentemente, esse potencial crescia a cada uma das extensões do voto, a Igreja resistia à formação de partidos políticos formalmente por ela apoiados, conquanto haja reconhecido, desde o início da década de 1890, que seria desejável arrebatar as classes trabalhadoras à revolução socialista e ateia e, é claro, necessário cuidar de seu maior eleitorado, os camponeses. Todavia, a despeito da bênção papal à nova preocupação católica com a política social (encíclica *Rerum Novarum*, 1891), os ancestrais e fundadores daqueles que viriam a ser os partidos democrata-cristãos da era que sucederia à Segunda Guerra Mundial eram considerados com suspeita e tratados com periódica hostilidade pela Igreja – não apenas porque também eles, como o “modernismo”, pareciam se comprometer com tendências indesejáveis no mundo laico, mas igualmente porque a Igreja não se sentia à vontade junto aos quadros dos novos estratos católicos da classe média e da classe média baixa, urbana e rural, provenientes das economias em expansão, que nelas encontravam seu campo de ação.

A segunda tentativa efetiva de reforma da ICAR teve como suporte teórico, entre outras, a encíclica *Mater et Magistra*, promulgada em 1961, a qual retomou o conteúdo da encíclica *Rerum Novarum*, recolocando a questão da função social dessa igreja no âmbito da doutrina cristã, a fim de reforçar o cristianismo social.

Destarte, na condição de marco da doutrina social da ICAR, a *Mater et Magistra* buscou reaproximar a instituição dos problemas temporais do mundo de então, o qual encontrava-se no contexto da Guerra Fria, buscando caminhos para o não aprofundamento das desigualdades estabelecidas entre os diversos povos do Planeta, sobretudo, aqueles que se encontravam sob

as condições do subdesenvolvimento. Nesse caminho, defendeu a realização do “ajustamento entre o progresso econômico e o progresso social”.

Enquanto as economias dos vários países se desenvolvem rapidamente, com ritmo ainda mais intenso neste último após guerra, julgamos oportuno lembrar um princípio fundamental. O progresso social deve acompanhar e igualar o desenvolvimento econômico, de modo que todas as categorias sociais tenham parte nos produtos obtidos em maior quantidade. É preciso, pois, vigiar com atenção e trabalhar eficazmente para que os desequilíbrios econômicos e sociais não cresçam, antes, quanto possível, se vão atenuando (Vaticano, 1961, p. 14).

Do mesmo modo que a encíclica anterior, esta última também não chegou a aprofundar a reflexão sobre as raízes fundamentais das problemáticas sociais levantadas. Simultaneamente, na Carta Encíclica/*Pacem in Terris*, escrita em 1963, também no Pontificado de João XXIII, apresentou-se uma reflexão centrada na concepção de que a Igreja deve ter forte compromisso com o mundo dos pobres.

Tal reflexão, influenciou fortemente na criação, sob o pontificado posterior do Papa Paulo VI, da Teologia da Libertação³ — concepção teológica central para a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) —, bem como na elaboração e implementação das políticas públicas provedoras do bem-estar social em diversas porções do Mundo, inclusive, no Brasil.

Neste país, as CEB desempenharam, por exemplo, papel fundamental no processo de luta contra a ditadura civil-militar instaurada em 1964, utilizando-se da sua malha territorial estendida pelo espaço brasileiro. Assim, a Igreja das camadas populares, pela *Pacem in Terris*, defende o compromisso com a justiça, caridade e liberdade, a partir do direito humano a uma existência digna. Isso foi reforçado pela ideia segundo a qual

[...] o ser humano tem direito à existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida: tais são especialmente o alimento, o vestuário, a moradia, o repouso, a assistência sanitária, os serviços sociais indispensáveis. Segue-se daí que a pessoa tem também o direito de ser amparada em caso de doença, de invalidez, de viuvez, de velhice, de desemprego forçado, e em qualquer outro caso de privação dos meios de sustento por circunstâncias independentes de sua vontade. Direitos que se

³Foi na reunião do II Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), que teve lugar em Medellín-Colômbia, em 1968, que se firmou o novo posicionamento e compromisso da ICAR enraizado na realidade política deste continente: “A pobreza de tantos irmãos clama por justiça, solidariedade, testemunho, compromisso, esforço e superação para o cumprimento pleno da missão salvífica confiada por Cristo. A presente situação exige, pois, dos bispos, sacerdotes, religiosos e leigos o espírito de pobreza que, ‘rompendo as amarras da posse egoísta dos bens temporais, estimula o Cristianismo a dispor organicamente da economia e do poder em benefício da comunidade’” (Orth, 1973, p. 147).

referem aos valores morais e culturais. Todo o ser humano tem direito natural ao respeito de sua dignidade e à boa fama; direito à liberdade na pesquisa da verdade e, dentro dos limites da ordem moral e do bem comum, à liberdade na manifestação e difusão do pensamento, bem como no cultivo da arte. Tem direito também à informação verídica sobre os acontecimentos públicos. Deriva também da natureza humana o direito de participar dos bens da cultura e, portanto, o direito a uma instrução de base e a uma formação técnica e profissional, conforme ao grau de desenvolvimento cultural da respectiva coletividade. É preciso esforçar-se por garantir àqueles, cuja capacidade o permita, o acesso aos estudos superiores, de sorte que, na medida do possível, subam na vida social a cargos e responsabilidades adequados ao próprio talento e à perícia adquirida (Vaticano, 1963, p. 3).

Entretanto, a partir do pontificado do Papa João Paulo II, que teve sua duração de 1978 a 2005 — coincidindo com o contexto mundial da reativação do neoliberalismo econômico e do conservadorismo na política —, começou a acontecer um processo de contrarreforma no seio da ICAR e nas suas relações com os povos oprimidos, o que se reverberou em todo o Planeta. Desse período até a assunção do Papa Francisco, em 2013, essa instituição afastou-se, paulatinamente, das problemáticas das classes populares nas diversas partes do Mundo. Com isso, chegou-se a desmanchar e/ou arrefecer sua relevante malha histórico-territorial constituída, mormente, pelas CEB, perdendo assim, um pouco da sua capacidade de falar diretamente com as pessoas mais pobres e marginalizados na sociedade.

No que diz respeito à terceira tentativa de reformar a ICAR, sob o pontificado do Papa Francisco — a que constitui o objeto central da discussão proposta neste ensaio —, será tratada na seção seguinte. De qualquer modo, adianta-se que esta foi a tentativa que considera-se a mais radical em relação às anteriores, na medida em que reconheceu que “por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, [o ser humano] começa a correr o risco de a destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação” (Vaticano, 2015, p. 4), razão por que se deveria ressaltar “[...] a necessidade urgente duma mudança radical no comportamento da humanidade” (Vaticano, 2015, p. 4-5). E isso, continua esta encíclica, porque não adiantará atingir aos mais extraordinários progressos científicos e mais prodigioso desenvolvimento econômico se estes não estiverem unidos a um progresso social e moral.

Não somente se colocou que os progressos tecnológicos e o desenvolvimento econômico vigentes estavam “contra o homem”, servindo apenas para “[...] fins de um uso ou consumo imediatos”, como, ao mesmo tempo, defendeu uma mudança profunda “[...] nos estilos de vida, nos modelos de produção e consumo, nas estruturas consolidadas do poder, que hoje regem as sociedades” (Vaticano, 2015, p. 5-6). Destarte, na medida em que essa encíclica apontou as suas verdadeiras causas estruturais as quais, decorrentes do desrespeito à Natureza,

são as responsáveis pela destruição da Terra — a nossa “casa comum” —, ela abalou os principais representantes do imperialismo ocidental e do Estado de Israel, fundamentados, respectivamente, no eurocentrismo e sionismo.

A encíclica papal *Laudato si* “sobre o cuidado da Casa Comum”, partindo do contexto da aceleração da destruição do planeta

Partindo do princípio geral, segundo o qual o crime contra a Natureza é um crime contra os próprios seres humanos, a Encíclica *Laudato Si* convida-nos a buscar soluções às problemáticas provocadas pela avidez e pelo egoísmo do sistema capitalista, não apenas nas técnicas, mas, concomitantemente, na mudança do próprio ser humano na Terra, superando, inclusive, o “antropocentrismo moderno”, que fomenta a crise humanitária e coloca a “razão técnica acima da realidade”. Isso deve acontecer, segundo esta mesma Encíclica, por meio da “ecologia integral”, a partir do “pleno desenvolvimento do gênero humano”, a qual transcende a linguagem científica, com a finalidade de aproximar-nos da nossa própria essência como seres humanos no Mundo. Assim sendo, “[...] se nos sentirmos intimamente unidos a tudo o que existe, então brotarão de modo espontâneo a sobriedade e a solicitude” (Vaticano, 2015, p. 11), com a finalidade de renunciar a tratar a realidade como mero objeto de uso e domínio para fins puramente especulativos.

Assim sendo, colocando que toda sociedade e, por conseguinte, toda cultura inventa e institui sua própria ideia de Natureza, Porto-Gonçalves (2011, p. 23) havia defendido que “[...] o conceito de natureza, não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura”. Com efeito, a ideia de uso da Natureza em um sentido puramente especulativo pode e, portanto, deve ser revista segundo outros parâmetros, ou seja, no sentido, por exemplo, da ideia do cuidado.

Nesse sentido, a Encíclica em epígrafe traz, como “apelo” central, a valorização efetiva do ser humano, a fim de aprofundar a crítica às atuais ações impostas nos diversos espaços geográficos, as quais estão afetando negativamente e degradando o meio ambiente, impondo, inclusive, circunstâncias precárias e, por conseguinte, um estado de miséria às populações mais pobres.

O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e

integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projecto de amor, nem se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum. Desejo agradecer, encorajar e manifestar apreço a quantos, nos mais variados sectores da actividade humana, estão a trabalhar para garantir a protecção da casa que partilhamos. Uma especial gratidão é devida àqueles que lutam, com vigor, por resolver as dramáticas consequências da degradação ambiental na vida dos mais pobres do mundo. Os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor, sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos (Vaticano, 2015, p. 12).

Na perspectiva, portanto, da construção do desenvolvimento sustentável e integral com vistas à construção da nossa casa comum, de acordo com Vaticano (2015), necessita-se, primeiramente, realizar o debate necessário para unir os povos da Terra, possibilitando, com isso, a construção de uma nova solidariedade universal. Foi justamente nesse sentido que a Encíclica foi realizada, ou seja, para propor a “ecologia que, nas suas várias dimensões, integre o lugar específico que o ser humano ocupa neste mundo e as suas relações com a realidade que o rodeia” (Vaticano, 2015, p. 14).

Configurando-se, assim, como um modo de pensar que se realiza por meio do ambiente — na condição de instancia das inter-relações intrínsecas, dinâmicas e dialéticas entre Natureza e sociedade — como objeto de reflexão, esta proposta contribui para o que Leff (2012), em sintonia com a ideia de Porto-Gonçalves (2011) anteriormente colocada, chama de epistemologia ambiental.

A epistemologia ambiental conduz este caminho exploratório, para além dos limites da racionalidade que sustenta a ciência normal para apreender o ambiente, para ir construindo o conceito próprio de ambiente e configurando o saber que lhe corresponde na perspectiva da racionalidade ambiental [...] para desembocar num saber que ultrapassa o campo das ciências e questiona a racionalidade da modernidade (Leff, 2012, p. 17).

Começando pela colocação do estado da arte sobre o que está acontecendo no Planeta, essa encíclica levanta, portanto, os problemas atinentes: à poluição e às mudanças climáticas, causadores dos refugiados ambientais e colocando pessoas em risco; à questão da água, que, perdendo seu sentido de Bem Comum, torna-se mercadoria; à biodiversidade, pela depredação das florestas e dos bosques; à deterioração da qualidade da vida humana e degradação social; à desigualdade planetária, pelo consumismo exacerbado e seletivo; à fraqueza das reações, indicando que, apesar do crescimento da sensibilidade ecológica das populações, elas ainda não são suficientemente fortes para mudar os hábitos nocivos do consumismo; e, à diversidade de

opiniões, as quais se fragmentam em diferentes linhas de pensamento — situando-se entre o mito do progresso e o mito da superpopulação.

Decorrente do conjunto dos problemas acima ressaltados, a Encíclica ressalta que eles se devem, respectivamente: à cultura do descarte ligada ao consumismo, que não concebe o clima como Bem Comum; à privatização deste bem, o qual perde seu caráter de Bem comum, tornando-se mercadoria; aos desmatamentos e ao extermínio das espécies; à submersão dos seres humanos ao cimento, asfalto, vidro e metais, privando-os do contato físico com a Natureza; à desigual distribuição da população e dos recursos disponíveis entre o Norte e o Sul; à fraqueza da reação política internacional e à submissão da política à tecnologia e à finança; e, à incapacidade de pensar nas finalidades da ação humana, deixando-se levar pelos impulsos imediatos resultantes do sistema vigente de consumo exacerbado do Planeta.

Nesse caminho, para a *Laudato si*, a ecologia integral deverá possibilitar, ao mesmo tempo, relações mais próximas entre a Natureza e a sociedade, superando a atual crise humanitária, e permitindo, dentre outros propósitos, “combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza” (Vaticano, 2015, p. 108). Por isso, é fundamental continuar na busca constante da realização de ações que propiciem dignidade às pessoas, principalmente, às mais pobres.

Retorno ao verdadeiro cristianismo e ao novo ser humano

Partindo do princípio de que não há um só modo de enxergar, interpretar e transformar a realidade, a Encíclica em epígrafe ressalta que devemos prestar a devida atenção para a necessidade urgente da realização de um efetivo diálogo entre os diversos saberes e fazeres construídos no curso da história da vida humana no Planeta Terra.

Isso porque, no contexto da ecologia profunda e integral, só se consegue elaborar e implementar soluções integrais se os sistemas naturais estiverem integrados aos sistemas sociais. Em outras palavras, segundo Vaticano (2015), a análise dos problemas ambientais só tem eficácia caso sejam considerados como problemas inseparáveis dos contextos nos quais se encontram — ou seja, daqueles referentes às dimensões do humano, do individual, da família, do trabalho, do urbano, entre outros — no âmbito do processo histórico-territorial.

Se tivermos presente a complexidade da crise ecológica e das suas múltiplas causas, devemos reconhecer que as soluções não podem vir duma única maneira de interpretar e transformar a realidade. É necessário recorrer também às

diversas riquezas culturais dos povos, à arte e à poesia, à vida interior e à espiritualidade. Se quisermos, de verdade, construir uma ecologia que nos permita reparar tudo o que temos destruído, então nenhum ramo das ciências e nenhuma forma de sabedoria pode ser transcurada, nem sequer a sabedoria religiosa com a sua linguagem própria (Vaticano, 2015, p. 49-50).

Torna-se, portanto, fundamental levar em conta, por meio da epistemologia ambiental, essa complexidade inerente a qualquer ser vivo na Terra, para que se reúnam as condições necessárias que garantam a formação de seres humanos efetivamente novos. Com efeito, nunca haverá uma nova relação entre os seres humanos e a Natureza enquanto, como argumenta Vaticano (2015), o ser humano se colocar no centro de tudo o que existe, na medida em que, desse modo, continuará dando prioridade “[...] absoluta aos seus interesses contingentes, e tudo o mais se torna relativo” (Vaticano, 2015, p. 94-95).

Trata-se, claramente, de uma crítica profunda ao antropocentrismo, o qual tem sustentado a exacerbação do individualismo egoísta e da cobiça que movem a lógica da racionalidade técnico-instrumental do sistema capitalista de pensar e agir sobre o Planeta, tornando irrelevante e sujeito ao descarte tudo o que não seja humano. Essa é “[...] a mesma lógica do ‘usa e joga fora’ que produz tantos resíduos, só pelo desejo desordenado de consumir mais do que realmente se tem necessidade” (Vaticano, 2015, p. 96).

A despeito de reconhecer a importância da legislação e das técnicas historicamente construídas, a Encíclica coloca claramente que, sem considerar a complexidade das problemáticas locais e a participação ativa dos habitantes — populações aborígenes, homens e mulheres em situação de precariedade nas cidades etc. — dos diversos lugares do Mundo, não conseguirá rumar no sentido da transformação efetiva. Ao contrário, esses habitantes estarão “des-envolvendo-se” cada vez mais dos seus contextos histórico-naturais, sem os quais ficarão vulneráveis às condições de exploração, subalternização e opressão.

Assim, des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os (Porto-Gonçalves, 2012, p. 81).

Enfim, os novos seres humanos — os homens e as mulheres — conseguirão, na perspectiva do Bem Comum e do respeito à pessoa humana na perspectiva do seu re-envolvimento, segundo Vaticano (2015), exercer a política que, sob a visão ampla e interdisciplinar do Mundo, consiga romper com a lógica perversa do atual acontecer histórico-

ambiental produzido pelo consumismo, começando a cuidar do meio ambiente e das pessoas que mais sofrem. O exercício dessa política é possível, na medida em que, continua o mesmo documento, não existam sistemas que consigam anular “[...] por completo, a abertura ao bem, à verdade e à beleza, nem a capacidade de reagir que Deus continua a animar no mais fundo dos nossos corações. A cada pessoa deste mundo, peço para não esquecer esta sua dignidade [...]” (Vaticano, 2015, p. 157).

O Brasil e o desrespeito à Casa Comum: destruição da Natureza e opressão das populações subalternizadas

Com mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, e com uma população superior a 210 milhões de habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2022), o Brasil não é somente um dos maiores países do Mundo em termos territoriais e demográficos, mas é, ao mesmo tempo, um grande mosaico de contrastes climáticos, geobotânico tropicais e socioantropológico. Nessa perspectiva, refletir sobre o desrespeito à Casa Comum, pela negação da Natureza e subalternização das populações mais pobres, passa, evidentemente, pela compreensão de que se está perdendo, paulatinamente, a diversidade ambiental e étnico-cultural.

Isso nos remete ao caráter traumático do drama socioterritorial contemporâneo. A crise ambiental no Brasil atual impede, portanto, a efetivação da ecologia integral, sob os moldes apontados pela Carta Encíclica Nossa Casa Comum *Laudato si*, fazendo-se necessário o fato de reforçar que as suas raízes residem na natureza inerente ao processo de formação histórico-territorial ainda marcado pela permanência da colonialidade do poder e do saber.

Nesse caminho, a ecologia integral, proposta pelo Papa Francisco, remete-nos à noção de que deve existir uma relação direta e indissociável entre natureza e sociedade, pela qual as dimensões ambiental, econômica, espiritual e social devem manter a necessária interconexão e harmonia, impedindo, dessa maneira, a concepção da

[...] a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos. As razões, pelas quais um lugar se contamina, exigem uma análise do funcionamento da sociedade, da sua economia, do seu comportamento, das suas maneiras de entender a realidade (Vaticano, 2015, p. 108).

Contraditoriamente a essa perspectiva, a atual dimensão histórica e a questão socioambiental no contexto do desenvolvimento brasileiro mantêm um cenário que resulta da perpétua negação do humano e da natureza na sua diversidade, calcada no des-envolvimento das vidas no Mundo. Tal situação é fruto, evidentemente, do quadro de formação histórico-territorial que sustenta as estruturas de dominação capitalista, desde o período colonial, e que, a partir da colonialidade do poder, como sistema mundo moderno-colonial-racista, se pauta na manutenção de relações pretéritas que se recolocam no momento presente, a partir de novas dinâmicas da lógica instrumental capitalista: “[...] a colonialidade era – é – o traço central inerente, inescapável, do novo padrão de poder que foi produzido na América. Nisso se fundava e se funda sua globalidade” (Quijano, 2005, p. 20).

Nessa ótica, a matriz colonial de poder, num mundo de relações neoliberais, impõe um processo de conversão da vida humana em mercadoria, centrando-se na sua capacidade de trabalho por meio de amplas formas de expropriação e exploração, enquanto a Natureza passa a ser vista como mero recurso. Embora essa dinâmica tenha ganhado novas formas na contemporaneidade, sua essência permanece praticamente intacta.

A “natureza” – amplamente concebida – se transformou em “recursos naturais”, enquanto a “natureza” – como substantivo concreto que nomeia o mundo físico e não humano – se tornou no Novo Mundo a base para o cultivo de açúcar, tabaco, algodão etc. Em outras palavras, o conceito passou a se referir à fonte dos recursos naturais (o carvão, o óleo, o gás) que abasteciam as máquinas da Revolução Industrial. Ou seja, a “natureza” se tornou repositório para a materialidade objetivada, neutralizada e basicamente inerte que existia para a realização das metas econômicas dos “mestres” dos materiais. O legado dessa transformação permanece nos dias atuais, em nossa presunção de que a “natureza” é o fornecedor de “recursos naturais” para a sobrevivência diária: a água como mercadoria engarrafada (Mignolo, 2017, p. 7).

Por isso, a realidade geográfica resulta de um processo em que a colonialidade e a globalidade estabelecem um padrão de dominação que coloca o Brasil numa dependência histórica. Nesse caminho, observa-se que as formas de dominação social e econômica, por meio de determinadas atividades ligadas a setores produtivos modernos globais, negam a ecologia integral em todas as suas dimensões. O que acontece, principalmente, naquele que remete a humanidade das pessoas, afastando-as, principalmente, de sua experiência e relação com o território. A este respeito, Krenak (2019, p. 23) argumenta que

[...] excluímos da vida, localmente, as formas de organização que não estão integradas ao mundo da mercadoria, pondo em risco todas as outras formas de viver – pelo menos as que fomos animados a pensar como possíveis, em que

havia corresponsabilidade com os lugares onde vivemos e o respeito pelo direito à vida dos seres, e não só dessa abstração que nos permitimos constituir como uma humanidade, que exclui todas as outras e todos os outros seres. Essa humanidade que não reconhece que aquele rio que está em coma é também o nosso avô, que a montanha explorada em algum lugar da África ou da América do Sul e transformada em mercadoria em algum outro lugar é também o avô, a avó, a mãe, o irmão de alguma constelação de seres que querem continuar compartilhando a vida nesta casa comum que chamamos Terra.

Tal estrutura de dominação impõe uma forma agressiva de destruição das subjetividades e negação das pessoas, violentando seus modos de vida, expropriando e explorando seus territórios, estabelecendo um processo histórico de desenraizamento e perversidade:

[...] o desenraizamento violento e traumático, a experiência e a violência da racialização e da escravidão implicaram obviamente em uma não menos maciça e radical destruição da subjetividade prévia, da experiência prévia de sociedade, de poder, de universo, da experiência prévia das redes de relações primárias e societárias (Quijano, 2005. p. 18).

Em razão disso — e de forma indissociável —, há na atual organização socioespacial brasileira áreas que apresentam forte crescimento econômico, impulsionadas por atividades de valor no mercado, ao mesmo tempo em que percebe-se a presença de relações perversas que ampliam os quadros de desigualdade e injustiças socioterritoriais aos mais pobres. Tal situação, imposta pela lógica irracional de dominação e organização histórico-territorial capitalista, subverte todas as demais formas de existência, negando, inclusive, a ecologia na sua dimensão do “Bem Comum”.

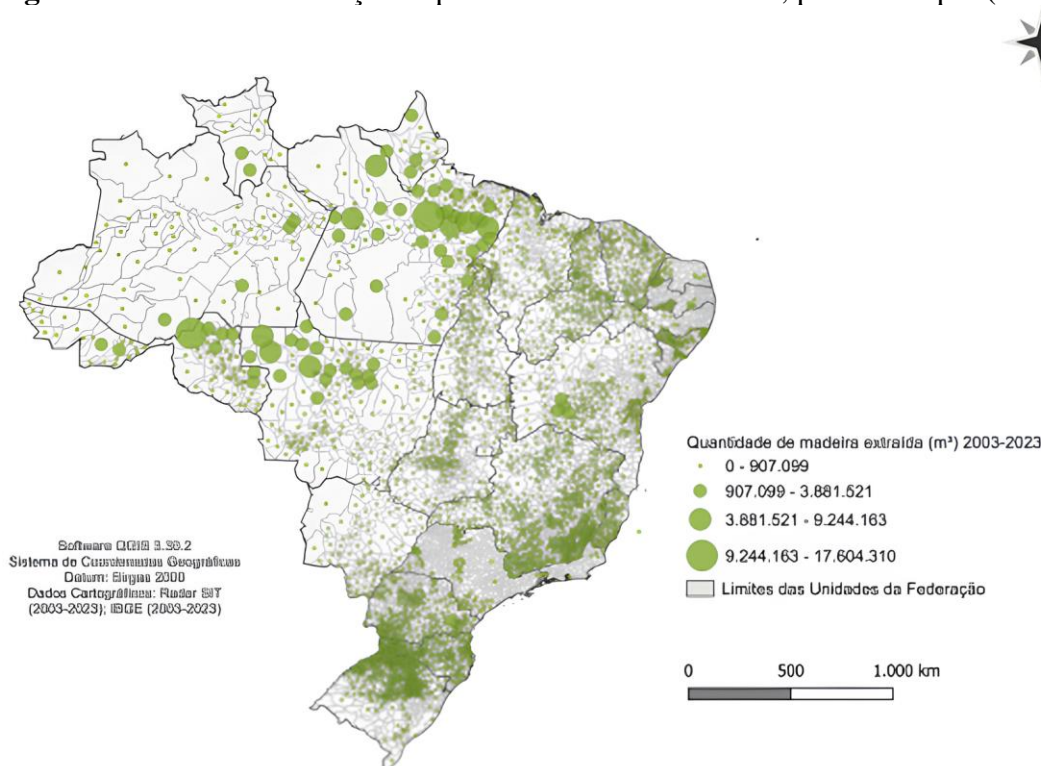
O bem comum pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis orientados para o seu desenvolvimento integral. Exige também os dispositivos de bem-estar e segurança social e o desenvolvimento dos vários grupos intermédios, aplicando o princípio da subsidiariedade. Entre tais grupos, destaca-se de forma especial a família enquanto célula basilar da sociedade. Por fim, o bem comum requer a paz social, isto é, a estabilidade e a segurança de uma certa ordem, que não se realiza sem uma atenção particular à justiça distributiva, cuja violação gera sempre violência. Toda a sociedade – e, nela, especialmente o Estado – tem obrigação de defender e promover o bem comum (Vaticano, 2015, p. 121).

Assim, conforme Quijano (2005), as atuais relações socioespaciais, fundamentadas na dominação como herança colonial, mostram a persistência de um conjunto de relações do passado que se reafirmam no presente. Nessas condições, os problemas centrais da constituição do arranjo espacial brasileiro — originados da associação entre modernidade e colonialidade — continuam a se repetir. Enfim, a colonialidade do poder criou uma estrutura de dominação

permanente, aguçando enormes desigualdades e contradições (Galeano, 2010). O uso e a ocupação do território, mesmo no atual século XXI, continuaram ocorrendo, segundo Quijano (2005), dentro dos parâmetros da colonialidade do poder e do saber, os quais permanecem intrinsecamente vinculados ao eurocentrismo.

Assim sendo, a grande potencialidade humana e natural do Brasil está sendo deixada de lado, em função dos interesses especulativos aos quais só interessa extrair riquezas para acumular capital. Mesmo apresentando mais de 97 % do território brasileiro na Zona Tropical e além de possuir extensos domínios paisagísticos que se apresentam como “[...] um mostruário bastante completo das principais paisagens e ecologias do Mundo Tropical” (Ab'Saber, 2003, p. 10), o Brasil constitui, segundo esse mesmo pensador, um arranjo espacial com uma forte variedade morfoclimática. Não obstante a esta constatação, o seu território tem sofrido notavelmente com a perspectiva de uso do território, pela qual a natureza é considerada como mero recurso econômico-financeiro. Para se ter uma pequena dimensão dessa condição histórico-territorial, a Figura 1 representa a distribuição espacial da atividade de extração da madeira em metros cúbicos (m³) por município, entre 2003 e 2023, no Brasil.

Figura 1 – Brasil: Distribuição Espacial de Madeira Extraída, por município (2003-2023)



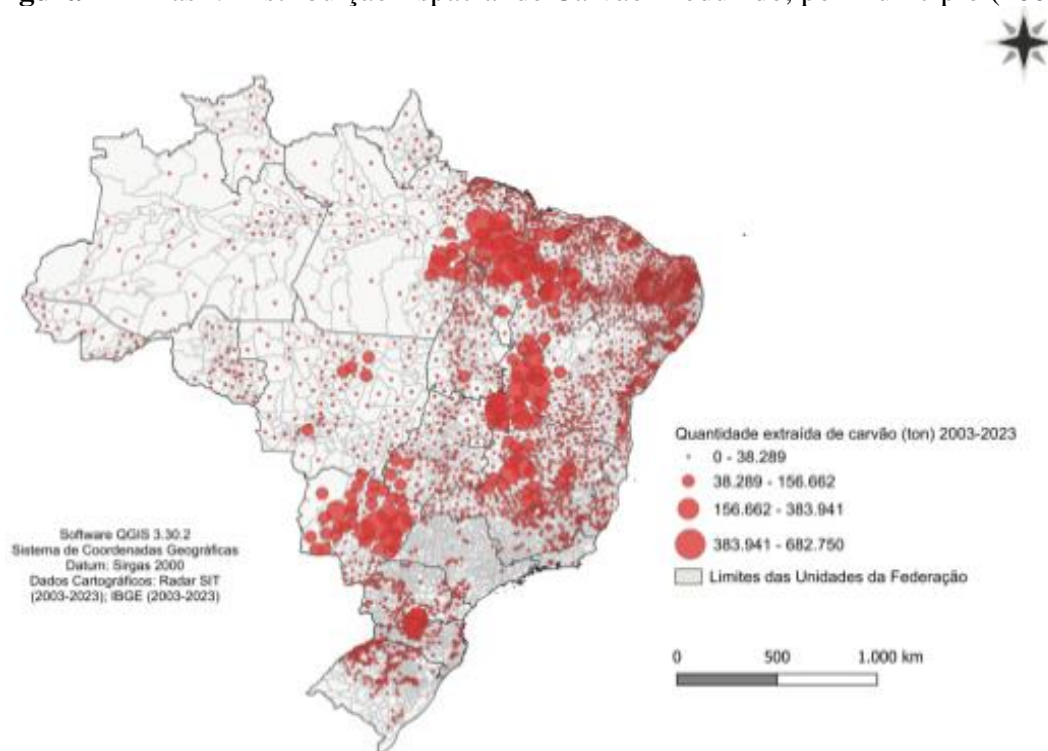
Fonte: Elaboração dos autores. Adaptado de Radar SIT - Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (2003-2023) e Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) (2003-2023).

Esse mapa foi elaborado com a finalidade de evidenciar um dos resultados da lógica predatória da Natureza, a qual vem norteando os modos de uso e ocupação do território nacional desde o período colonial, afastando-nos cada vez mais da realização da ecologia integral.

No período de dominação portuguesa, “a exploração da madeira, o pau-brasil, cobriu o primeiro período de colonização das costas, e logo se organizaram grandes plantações de açúcar no Nordeste” (Galeano, 2010, p. 37). No momento presente, a extração da madeira ainda é uma prática que se mantém em todo o território brasileiro, com destaque, evidentemente, em maior quantidade, na região Norte do país — como nos casos específicos dos estados do Pará, Rondônia e Amazonas —, bem como na região Centro-Oeste — compreendendo o Mato Grosso, cuja expansão alcança a divisa com o Amazonas. Isso porque estas são regiões em que ainda há ecossistemas florestais mais preservados.

Considerando a escala municipal — com base no levantamento de dados sobre a atividade de extração da madeira —, observa-se que os maiores valores obtidos foram registrados no estado do Pará, mais especificamente, nos municípios de Portel com 17.604.310 m³ (5,89%), Tailândia com 9.244.163 m³ (3,10%), Paragominas apresentando 7.911.763 m³ (2,65%), Baião extraindo 6.689.367 m³ (2,24%), Almeirim com 6.605.648 m³ (2,21%) e Santarém contando 4.961.665 m³ (1,66%). É importante comentar que a quantidade total da extração de madeira no Brasil, no período em tela, foi da ordem de 298.635.030 m³ e que somente o estado do Pará contribuiu com 123.915.230 deste total.

Paralelamente à atividade de extração da madeira e associada a esta, realiza-se a da produção de carvão. No âmbito da discussão ora em realização, a Figura 2 representa a atual distribuição espacial da produção de carvão no Brasil.

Figura 2 – Brasil: Distribuição Espacial de Carvão Produzido, por município (2003-2023)

Fonte: Elaboração dos autores. Radar SIT - Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (2003-2023) e Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2003-2023).

A atividade de produção de carvão vegetal ocorre no leste do Pará, no Maranhão, no Mato Grosso do Sul e no leste e oeste da Bahia, expandindo-se também para o estado de Goiás. Essa produção acontece de modo predatório da Natureza e dos seres humanos, des-envolvendo-os dos seus respectivos contextos histórico-territoriais. Os maiores valores da produção encontram-se nos municípios seguintes: Grajaú (MA) com 677.168 toneladas (2,56%); Barra do Corda (MA) com 467.084 (1,76%); Bom Jardim (MA) sendo 635.172 (2,40%); e Riachão das Neves (BA) contando com 353.944 (1,34%). Além destes, cabe citar a aglomeração de extração no Pará, que representa 2.547.101 do valor total do Brasil (26.479.647) e tem no município de Paragominas a maior produção, com 682.750 (2,58% do total). Enquanto no Mato Grosso do Sul, destaca-se negativamente, por ter apresentado um valor total de 4.861.706 de carvão produzido no período de 2003 a 2023, tendo o município de Ribas do Rio Pardo apresentado 675.997 toneladas produzidas, cerca de 2,55% do valor total do Brasil.

Os mapas acima demonstram, portanto, a continuidade histórico-territorial da destruição da Natureza, a qual não está sendo tratada como Nossa Casa Comum, na medida em que a extração de madeira e a consequente produção de carvão vêm acontecendo de modo perverso, segundo a racionalidade técnico-instrumental do capitalismo no Brasil. A Carta Encíclica em

epígrafe pontua a gravidade desse processo de destruição da Natureza, para o qual se deve estar atentos(as).

Os recursos da terra estão a ser depredados também por causa de formas imediatistas de entender a economia e a actividade comercial e produtiva. A perda de florestas e bosques implica simultaneamente a perda de espécies que poderiam constituir, no futuro, recursos extremamente importantes não só para a alimentação mas também para a cura de doenças e vários serviços. As diferentes espécies contêm genes que podem ser recursos-chave para resolver, no futuro, alguma necessidade humana ou regular algum problema ambiental (Vaticano, 2015, p. 27).

Em outro momento, essa Encíclica também afirma que

Os ecossistemas das florestas tropicais possuem uma biodiversidade de enorme complexidade, quase impossível de conhecer completamente, mas quando estas florestas são queimadas ou derrubadas para desenvolver cultivos, em poucos anos perdem-se inúmeras espécies, ou tais áreas transformam-se em áridos desertos (Vaticano, 2015, p. 31).

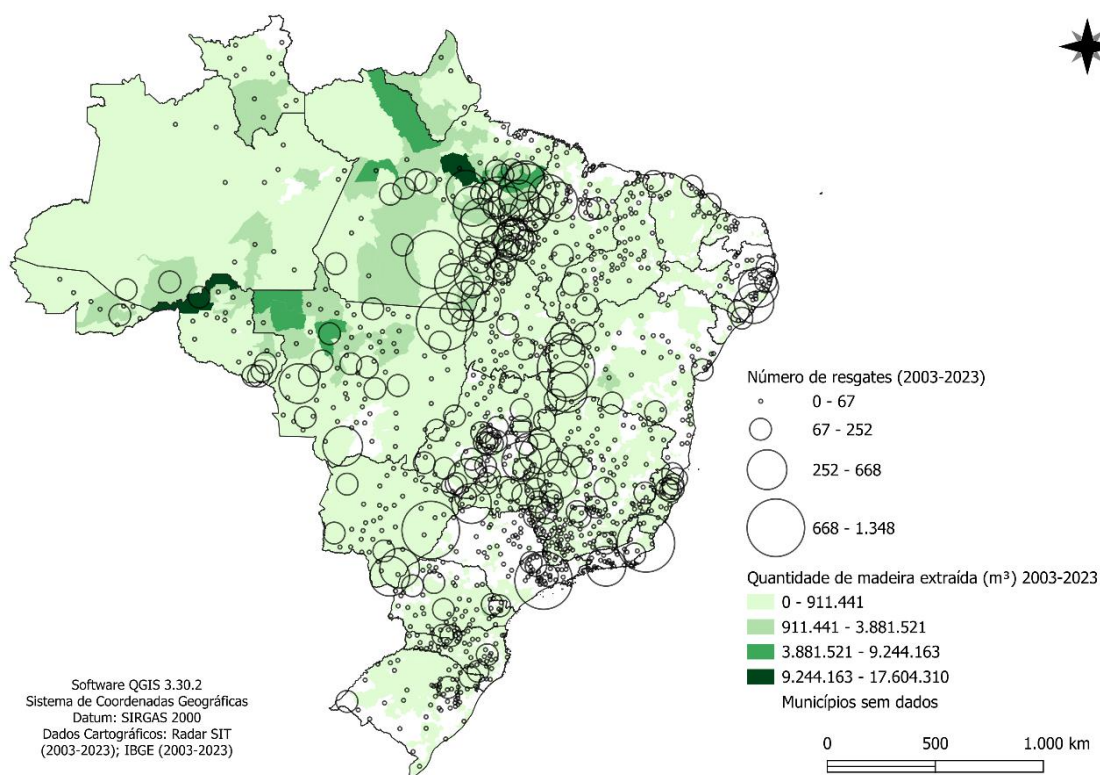
No âmbito dessa perspectiva, o processo de negação da Natureza no Brasil é acompanhado da espoliação que desumaniza e marginaliza as pessoas mais pobres, precarizando-as. Isso faz parte da formação “Colonial-Escravista subordinada ao Império Mercantil-Salvacionista” (Ribeiro, 2013, p. 36), resultando de uma configuração cultural da expansão colonial europeia e centrada na contínua escravidão. Nesse sentido, a persistência da escravidão é uma condição social desumana e que submete as pessoas negras e periféricas às condições mais precárias de vida na sociedade. Esta é a forma mais cruel de superexploração do trabalho, não se apresentando como uma relação arcaica de trabalho que ficou no passado colonial. Antes, é uma condição intrínseca ao processo de expansão da acumulação capitalista no Brasil.

A utilização de trabalho escravo contemporâneo não é resquício de modos de produção arcaicos que sobreviveram provisoriamente à introdução do capitalismo, mas sim um instrumento utilizado pelo próprio capital para facilitar a acumulação em seu processo de expansão (Sakamoto, 2008, p. 112).

A perpetuação dessa racionalidade no tempo-espço brasileiro fez permanecer, portanto, o racismo estrutural, o qual se consolidou e continua explorando as pessoas negras (Almeida, 2019). A este respeito, Fernandes (2008) também reconheceu que, no Brasil, a escravidão permaneceu nas mentes das classes dominantes, de tal modo que, mesmo após a sua Abolição (1887) oficial, ainda se mantiveram relações de trabalho escravistas.

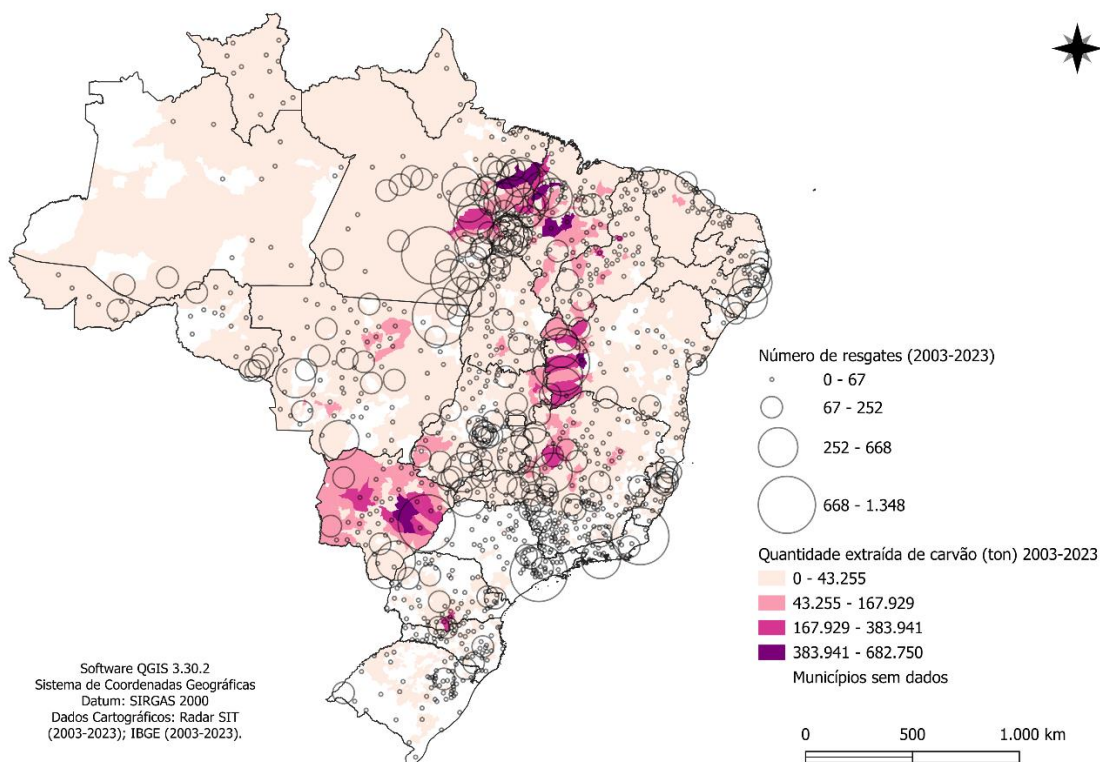
Por essa razão, continua-se usando, ocupando e pensando o território como um espaço vazio a ser, permanentemente, conquistado à força. Isso demonstra que o território, segundo Santos (2003), constitui uma totalidade complexa estabelecida pelas inter-relações solidárias e dialéticas entre tecnoesfera e psicosfera, no âmbito de um processo contínuo de (re)fazer-se em qualquer sentido. As Figuras 3 e 4 representam, respectivamente, a distribuição espacial dos(as) trabalhadores(as) utilizados(as) como mão-de-obra escrava no território brasileiro, entre 2003 e 2023.

Figura 3 – Brasil: Distribuição espacial do trabalho escravo e extração de madeira por município (2003-2023)



Fonte: Elaboração dos autores. Radar SIT - Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (2003-2023) e Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2003-2023).

Figura 4 – Brasil: Distribuição espacial do trabalho escravo e produção de Carvão por município (2003-2023)



Fonte: Elaboração dos autores. Radar SIT - Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (2003-2023) e Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2003-2023).

Nota-se que os estados federados do Brasil nos quais se encontram a extração mais expressiva de madeira e a produção de carvão, de modo indissociável, garantindo a reprodução dos seus interesses especulativos, são aqueles em que, ao mesmo tempo, se fazem presentes o cativeiro humano e os procedimentos mais perversos de destruição da Natureza. Destarte, no Pará, principalmente em sua porção leste; no Maranhão; no Mato Grosso, em sua porção norte; no Amazonas, em sua porção sul; em Rondônia, na sua porção norte; e em Minas Gerais, na sua porção oeste.

A este respeito, reforça-se que o cativeiro humano vem produzindo grupos populacionais marginalizados, condenando-os não somente a permanecerem na condição de “máquina do colonialismo” (Schwarz, 2000), mas, concomitantemente, na dinâmica de existência que precariza sua situação na sociedade brasileira.

Nesse contexto e de acordo com as representações cartográficas acima postas, observa-se, claramente, que o atual processo de ocupação humana do espaço geográfico brasileiro, e de acordo com as vicissitudes do tempo e as suas especificidades socioespaciais, evidenciam o estado de desumanização de populações subalternizadas e da destruição da Natureza, onde a

exploração do trabalho — dentro do contexto de avanço neoliberal — impõe processos severos e perversos de degradação ambiental e deterioração da qualidade de vida humana. A este respeito, resgata-se, também, a ideia segundo a qual

Tendo em conta que o ser humano também é uma criatura deste mundo, que tem direito a viver e ser feliz e, além disso, possui uma dignidade especial, não podemos deixar de considerar os efeitos da degradação ambiental, do modelo actual de desenvolvimento e da cultura do descarte sobre a vida das pessoas (Vaticano, 2015, p. 34).

A manutenção dessa lógica — atrelada à constituição das injustiças e desigualdades socioespaciais — resulta na expropriação, espoliação e negação dos homens e das mulheres que constituíram a base da sociedade brasileira. Nesse processo e dentro de um contexto de mudanças climáticas — por exemplo, a violência e eliminação dos povos e a incorporação da Natureza como mercadoria — agravam ainda mais o processo de destruição ambiental no Brasil.

Sob essa perspectiva, vale ressaltar, segundo Bales (2020), que há uma ligação indissociável entre escravidão, destruição ambiental e mudanças climáticas:

Uma das maneiras de se empregar escravos é a exploração e destruição do meio ambiente natural numa escala crescente. Isso não se resume apenas a, por exemplo, pessoas escravizadas serem usadas como mão de obra para destruir florestas e aumentar as emissões de gases de efeito estufa, intensificando assim as mudanças climáticas. Tampouco se restringe a um caso de mudanças climáticas levando a secas, inundações ou desertificação que forcem pessoas a situações de maior vulnerabilidade, levando-as a se tornar vítimas do trabalho escravo contemporâneo. O que tem acontecido, e ainda acontece no mundo inteiro todos os dias, é um ciclo de escravidão e destruição ambiental que segue sem cessar, destruindo tanto o mundo natural quanto as vidas das pessoas escravizadas e forçadas a levar a cabo a destruição desse ambiente natural (Bales, 2020, p. 156).

Enfim, se os processos de destruição da Natureza e escravização das pessoas continuarem acontecendo, estaremos cada vez mais distanciando-nos da perspectiva do cuidado com a Nossa Casa Comum, e contribuindo, por sua vez, para a nossa própria destruição. Por isso, é preciso, principalmente, no Brasil, colocar o debate ecológico como uma questão social e ambiental, abrindo caminhos para a necessária superação do atual processo de produção do espaço que só reafirma a perversidade do sistema mundo moderno-colonial-racista.

A cultura ecológica não se pode reduzir a uma série de respostas urgentes e parciais para os problemas que vão surgindo à volta da degradação ambiental, do esgotamento das reservas naturais e da poluição. Deveria ser um olhar diferente, um pensamento, uma política, um programa educativo, um estilo de

vida e uma espiritualidade que oponham resistência ao avanço do paradigma tecnocrático. Caso contrário, até as melhores iniciativas ecologistas podem acabar bloqueadas na mesma lógica globalizada. Buscar apenas um remédio técnico para cada problema ambiental que aparece, é isolar coisas que, na realidade, estão interligadas e esconder os problemas verdadeiros e mais profundos do sistema mundial (Vaticano, 2015, p. 87).

Contudo, reativando nossas capacidades de sonhar e a manutenção da nossa coragem de enfrentar as adversidades encontradas em processos de transformação social, tem que continuar buscando outros modos de usar, ocupar e pensar o território, valorizando as iniciativas rebeldes dos homens e das mulheres descendentes dos povos originários e escravizados e, por sua vez, das suas territorialidades. Sem isso não se conseguirá efetivar a ecologia integral nos moldes, pelo menos, propostos pela Carta Encíclica Sobre o Cuidado da Casa Comum *Laudato si* e associados à necessária epistemologia ambiental defendida pela ciência.

Considerações finais

A Carta Encíclica Sobre o Cuidado da Casa Comum *Laudato si* foi elaborada e promulgada justamente com a finalidade de ressaltar as problemáticas concernentes ao quadro socioambiental do Mundo atual, reinserindo-as no seu real contexto histórico-territorial resultante do processo de formação e expansão do sistema capitalista, cuja natureza acha-se na destruição da Natureza e na exploração de pessoas.

O Brasil é um exemplo da realização desse processo, na medida em que, principalmente pela permanência da colonialidade do poder e do saber inerentes à racionalidade técnico-instrumental do eurocentrismo, vem acelerando e intensificando modos de uso, ocupação e pensamento do território do período colonial.

Nessa perspectiva, demonstrou-se em que medida os exemplos das atividades de extração de madeiras e produção de carvão vegetal, associados às formas de relações de trabalho sob os moldes do cativeiro de pessoas, constituem procedimentos que têm reforçado o desrespeito e, mesmo, a destruição da Nossa Casa Comum. Se essa casa não for bem cuidada, o risco do extermínio do Planeta — e, por conseguinte, dos próprios seres humanos — tornar-se-á cada vez mais possível.

É no âmbito dessa chamada de atenção, de modo provocativo, que a Encíclica em epígrafe se faz de suma relevância para — junto às outras obras de reflexão crítica do Mundo atual — reforçar as diversas formas de mobilização social que se formam, a fim de combater

os referidos modos de uso, ocupação e pensamento do território, para fazer valer os sonhos alternativos de um Mundo efetivamente melhor.

Nessa perspectiva, em definitivo — tal como insta a teoria social crítica desde os seus primórdios — não se deve desprezar nenhuma iniciativa que seja capaz de contribuir para a difícil tarefa de transformar o Mundo. Mesmo que essa iniciativa parta de instituições milenares como a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), a qual, justamente pela sua longa história de existência e como obra humana, tornou-se vulnerável às virtudes e aos defeitos inerentes aos seres humanos, porque são estes que as criam e recriam permanentemente.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BALES, K. O impacto da escravidão nas mudanças climáticas. *In: SAKAMOTO, Leonardo. Escravidão contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2020.
- BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. v. 1.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, 2005.
- HOBBSBAWM, E. J. **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 1992.
- LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.
- LÉVY, J.; LUSSAULT, M. **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2013.
- MELLO, J. B. F. Geografia humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 52, n. 4, p. 91-115, 1990.
- MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **RBCS**, v. 32, n. 94, jun. 2017.
- ORTH, O. **A igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

RIBEIRO, D. **Teoria do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2003.

SAKAMOTO, L. M. A reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil. *In*: CANUTO, A. *et al.* (org.). **Conflitos no campo Brasil**: 2007. Goiânia: CPT Nacional, 2008.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2000. (Coleção Espírito Crítico).

VATICANO. **Carta encíclica “Mater et Magistra”**. Sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1961.

VATICANO. **Carta encíclica “Pacem in Terris”**. Sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1963.

VATICANO. **Carta encíclica “Rerum Novarum”**. Sobre as condições dos operários. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1891.

VATICANO. **Carta encíclica Laudato si do santo padre Francisco**. Sobre o cuidado da casa comum. Roma: Tipografia Vaticana, 2015.

CRediT Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Não se aplica.
 - ☐ **Financiamento:** Não se aplica.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não.
 - ☐ **Aprovação ética:** Não se aplica.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Não se aplica.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Todos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e design do estudo, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor Cláudio Jorge Moura de Castilho ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual. O autor Hugo Arruda de Moraes, pela aquisição de dados e suas interpretações e análise; e ambos, pelos procedimentos técnicos. Declaramos ainda ciência das Diretrizes Gerais da Revista Geografia em Atos.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

